



## **Aderência das regras previstas no CPC 09 - Demonstração Do Valor Adicionado pelas empresas do Segmento Novo Mercado listadas na BM&FBovespa**

### **Resumo**

Este artigo apresenta os resultados da análise qualitativa e bibliográfica comparativa da Demonstração de Valor Adicionado (DVA) que têm como finalidade retratar a geração da riqueza pela entidade e a sua aplicação na sociedade. Esse estudo teve por objetivo conhecer a qualidade e o grau de aderência das Demonstrações do Valor Adicionado, através da comparação de informações divulgadas por companhias listadas no segmento Novo Mercado, com as normas do CPC 09, sendo a aplicação deste pronunciamento exigida pelos órgãos reguladores, para isso, foi realizada uma análise por intermédio das demonstrações contábeis publicadas no site BM&FBovespa as quais correspondem ao período de 2016. O resultado apresenta a importância da DVA como um forte instrumento de fonte de informação e avaliação de desempenho, contudo falta aprimoramento na qualidade das DVAs não apenas em relação à comparabilidade, mas a qualidade das informações, a falta de esclarecimento da demonstração nas notas explicativas leva a uma queda na qualidade da análise dos dados afetando a confiabilidade e a compreensão das informações.

**Palavras-chave:** Demonstração do Valor Adicionado; Comparação DVA; CPC 09.

**Linha temática:** Contabilidade Financeira

### **1 INTRODUÇÃO**

A partir de 2008, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) passou a ser obrigatória para companhias brasileiras de capital aberto. Marion (2012) afirma que a demonstração tem papel fundamental de evidenciar a contribuição de cada empresa na geração da riqueza nacional, possui a finalidade de demonstrar o quanto de riqueza a entidade produziu e a forma como essa riqueza foi distribuída.

A DVA é uma fonte de informação indispensável aos usuários que necessitam conhecer qual a contribuição social e econômica da empresa, sendo também uma importante ferramenta para a tomada de decisões, mas para alcançar esse propósito, é essencial que seja desenvolvida em conformidade com as normas contábeis.

Diante deste contexto, surgiu a seguinte problemática: as empresas do segmento Novo Mercado listadas no BM&FBovespa estão divulgando a Demonstração do Valor Adicionado de acordo com a regulamentação estabelecida no CPC 09?

Dessa forma este estudo tem por objetivo conhecer a qualidade e o grau de aderência das Demonstrações do Valor Adicionado e evidenciar as principais diferenças e inconsistências, através da comparação das informações publicadas pelas empresas do segmento Novo Mercado, em relação às normas do CPC 09. Assim sendo o estudo tem como finalidade verificar se as companhias do segmento Novo Mercado listadas no BM&FBovespa estão publicando a DVA anualmente e em conformidade com as normas estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 09, localizando inconsistências, detectando se há itens



apresentados na DVA que não estão previstos no CPC 09 e verificando se os itens divulgados na DVA estão apresentados de forma clara e com coesão.

Este estudo justifica-se pela relevância dessa demonstração por auxiliar a evidenciar a contribuição de cada empresa na geração da riqueza nacional e sua distribuição e por ser um importante instrumento de análise para investidores, juntamente com a necessidade de um comprometimento contínuo com a elaboração de informações contábeis de qualidade e pela falta de estudos que tratam da qualidade das DVAs publicadas pelas companhias.

Para isso, foi realizada uma análise das demonstrações publicadas pelo BM&FBovespa, correspondentes ao período de 2016, com o propósito de demonstrar as principais divergências e inconsistências, e assim compreender o nível de conformidade das informações contábeis com o pronunciamento, e se estão sendo divulgadas de maneira íntegra, clara e com coerência.

Este artigo está dividido em cinco seções organizadas da seguinte forma: a primeira seção composta pela introdução, a segunda seção pela fundamentação teórica que apresenta uma breve explanação sobre a importância da comparação das informações contábeis, a definição de valor adicionado e sua relevância para a formação do Produto Interno Bruto (PIB), a definição da Demonstração do Valor Adicionado, como é feita sua elaboração e qual a sua importância para os usuários externos; a terceira seção, retrata a metodologia, que apresenta a natureza da pesquisa realizada e como foi composta a amostra; na quarta seção relativa a coleta e análises dos dados, esclarece como foi efetuada a coleta e análise dos dados, apresentando as empresas que constituíram a amostra, após sendo feita a análise das características da DVA e na quinta seção apresenta-se a conclusão da análise.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A presente fundamentação teórica busca ressaltar a importância da comparação e da qualidade das informações publicadas, tendo como foco a Demonstração do Valor Adicionado. Verificando a publicação das demonstrações no fim de cada exercício, detectando possíveis inconsistências e buscando analisar a padronização da demonstração.

### 2.1 COMPARABILIDADE DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Segundo Ribeiro (2014), as demonstrações contábeis são elaboradas com base na escrituração mantida pela empresa e devem fornecer informações de natureza econômica e financeira sobre a situação patrimonial das entidades que sejam úteis aos diversos usuários que necessitam conhecer a situação da empresa para a tomada de decisões.

Para Braga (2012), as decisões dos usuários implicam escolhas como vender ou manter um investimento, investir em uma entidade ou em outra. Decorrentes disso, as informações reportadas pela empresa serão mais úteis caso possam ser comparadas com informações de outras entidades e com informações similares sobre a mesma entidade em outros períodos.

Conforme o CRCSC (2010), as demonstrações contábeis de uma entidade devem ser comparadas pelos usuários ao longo do tempo, para identificar tendências na sua posição patrimonial e financeira e no seu desempenho, os usuários também devem ser capazes de



comparar demonstrações de diferentes empresas para avaliar a sua posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mutações na posição financeira.

De acordo com Braga (2012), através da característica qualitativa da comparabilidade é permitido aos usuários identificar e compreender semelhanças e diferenças de determinados itens.

Silva & Almeida (2014) argumentam que um dos objetivos da regulamentação de procedimentos utilizados na elaboração de demonstrações contábeis (incluindo a DVA) está associado a ampliar a consistência e uniformidade das informações divulgadas, de modo a atingir o objetivo da comparabilidade das demonstrações contábeis, característica importante da qualidade da informação contábil.

Sendo assim, é indispensável o processo de comparabilidade das demonstrações contábeis para que haja aumento da transparência, e compreensibilidade dessas demonstrações pelos usuários.

## 2.2 VALOR ADICIONADO

Segundo Ribeiro (2014), o valor adicionado corresponde à diferença entre o valor de receita de vendas e os custos dos recursos adquiridos de terceiros.

Completa o CPC 09 (2008, p. 3) que o “valor adicionado representa a riqueza criada pela empresa, de forma geral medida pela diferença entre o valor das vendas e os insumos adquiridos de terceiros. Inclui também o valor adicionado recebido em transferência, ou seja, produzido por terceiros e transferido à entidade”.

Dessa forma, percebe-se que o valor adicionado é representado pelo quanto a empresa adiciona de valor ao produto que adquiriu de terceiros.

De acordo com Dallacourt (2017), o valor adicionado demonstra a efetiva contribuição da empresa, dentro de uma visão global de desempenho, para a geração de riqueza da economia na qual está inserida, sendo resultado do esforço combinado de todos os seus fatores de produção.

De modo a exemplificar, a figura 1 traz a ilustração de De Luca (1998, p. 30):

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Considere uma economia na qual as únicas transações ocorridas foram as seguintes:</li> <li>• Agricultor: venda de algodão em rama para a Indústria Têxtil por R\$ 1.000</li> <li>• Indústria Têxtil: venda de tecido de algodão para a Indústria de Confecções por R\$ 1.400</li> <li>• Indústria de Confecções: venda de camisas para os consumidores finais por R\$1.700</li> </ul>			
Analisando as operações temos			
Unidades Produtoras	Vendas Brutas	CPV/CMV	Valor Adicionado
Agricultor (algodão)	R\$ 1.000,00	R\$ -	R\$ 1.000,00
Ind. Textil (tecido)	R\$ 1.400,00	R\$ 1.000,00	R\$ 400,00
Ind. Conção (camisas)	R\$ 1.700,00	R\$ 1.400,00	R\$ 300,00
<b>Produto Nacional ou Valor Adicionado</b>			<b>R\$ 1.700,00</b>

Figura 1: Valor Adicionado  
Fonte: De Luca (1998)





Como se pode ver no exemplo, para encontrar o valor adicionado, é necessário excluir os valores pagos a terceiros, caso isso não seja feito, estará ocorrendo a dupla contagem, reconhecendo o mesmo valor adicionado mais de uma vez.

Em conformidade Azevedo (2009), informa que no cálculo do produto nacional, não são computados os bens intermediários consumidos durante o processo produtivo, mas, apenas os produtos e serviços de consumo final, assim evitando a dupla contagem.

Conforme Ribeiro (2014, p. 243), “o valor adicionado gerado em cada empresa em um determinado período representa, o quanto essa empresa contribuiu para a formação do PIB do país no referido período”.

Ainda com base em Ribeiro (2014), o conhecimento da riqueza que será gerada por uma empresa, por influenciar diretamente no PIB, tem sido um fator decisivo em alguns países para analisar a possibilidade de implantação de novas empresas em seu território, considerando o quanto a entidade irá agregar valor à economia do país ou região em que pretende se instalar.

A Demonstração do Valor Adicionado indica a riqueza gerada por uma empresa durante período determinado, dessa forma, conforme Marion (2012) enfatiza, a DVA é uma demonstração extremamente útil, inclusive do ponto de vista macroeconômico, uma vez que o somatório dos valores adicionados de um país representa, na verdade, seu PIB.

### 2.3 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Conforme Marion (2012), a DVA surgiu na Europa, principalmente por influência da Inglaterra, França e Alemanha, sendo aderida cada vez mais por países internacionais devido à expressa recomendação da Organização das Nações Unidas (ONU).

Segundo Ribeiro (2014) a DVA é uma demonstração financeira, porém com informações de natureza social, dessa forma, ela é diferente das demais demonstrações financeiras exigidas pela Lei das sociedades por ações.

Azevedo (2009) informa que a demonstração do valor adicionado não está prevista no pronunciamento do *International Accounting Standards Board* (IASB), mas por suas informações serem de extrema importância, foi incorporada de forma obrigatória para as companhias de capital aberto.

Em vista disso, percebe-se que a DVA é uma importante ferramenta para avaliação de desempenho das empresas dentro da sociedade em que está inserida, em função disso, é solicitada por diversos órgãos reguladores.

Conforme Azevedo (2009), a DVA tem a finalidade de divulgar e identificar o valor da riqueza gerada pela entidade e como essa riqueza foi distribuída entre os diferentes setores que colaboraram para a sua geração.

O CPC 09 (2008) acrescenta que a DVA procura demonstrar qual o percentual de contribuição que a companhia produziu para a constituição do PIB. Apresentando o quanto de



valor foi agregado aos insumos adquiridos de terceiros que foram consumidos ou vendidos durante o período.

Dessa maneira, a DVA permite analisar a capacidade de gerar riquezas e a forma de distribuição dessa riqueza, em relação ao pagamento aos colaboradores, o retorno da instituição para a sociedade por meio de impostos, remuneração do capital aos sócios e quanto está sendo reinvestido na empresa.

Segundo Santos (2003, p. 35), “é a forma mais competente criada pela contabilidade, para auxiliar na medição e demonstração da capacidade de geração, bem como de distribuição, da riqueza de uma entidade”.

A DVA apresenta informações de natureza econômica e social, possibilitando uma melhor avaliação da empresa na sociedade que está inserida. Dessa forma para os investidores e outros usuários, essa demonstração tem grande utilidade, contendo informações que a demonstração de resultados não consegue fornecer Versolato Júnior (2017).

Dessa forma, através da DVA, a comunidade pode analisar os benefícios que a entidade poderá gerar em compensação aos recursos que consome, qual será o valor estimado para remuneração da mão-de-obra local e qual a geração de impostos, desse modo verificar as vantagens que trará a permissão de sua instalação ou continuidade. Portanto constata-se a importância da DVA como um instrumento fundamental para a avaliação de desempenho.

Com a aprovação da Lei nº 11.638/07, passou a ser obrigatória, a partir de 2008, a divulgação da DVA para as companhias de capital aberto. Com isso, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis elaborou o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, com a finalidade de regulamentar a forma de sua apresentação.

Para Silva & Almeida (2014), é notável o fato do Brasil ser um dos poucos países no mundo a exigir a publicação de uma demonstração que apresenta o quanto de riqueza uma empresa produziu em um período e como essa riqueza foi distribuída para os agentes que contribuíram na sua constituição, como empregados, governo, acionistas e financiadores de capital. Outra questão que se destaca é a emissão, pelo CPC, de normas contábeis completamente em conformidade com as normas contábeis internacionais emitidas pelo IASB, sendo o CPC 09 um dos poucos pronunciamentos técnicos que não possui norma internacional equivalente, dessa forma torna-se de grande contribuição para o processo de normatização contábil internacional.

Antes da obrigatoriedade da publicação do DVA, algumas empresas já publicavam a demonstração voluntariamente, possibilitando o acesso de informações econômicas e sociais para investidores e demais interessados, oferecendo a possibilidade de uma avaliação melhor das atividades da companhia na sociedade.

## 2.4 ELABORAÇÃO DA DVA

Conforme Ribeiro (2014), a DVA é composta por Contas de Resultado que representam as despesas, os custos e as receitas e algumas contas patrimoniais representativas das participações de terceiros (tributos sobre lucro líquido, debenturistas, empregados, administradores, etc.), bem como aquelas representativas de remuneração dos acionistas pelo capital investido (juros e dividendos).

A demonstração deve ser elaborada anualmente ao término de cada período, juntamente com as demais demonstrações contábeis.



Para Silva, Souza, Miranda, Lagioia & Ramos (2001), a demonstração do valor adicionado é dividida em duas partes, a primeira composta pela geração de riqueza, que demonstra como a empresa agregou valor através da sua atividade econômica, e a segunda expõe de que forma essa riqueza foi distribuída entre os principais agentes econômicos.

A Demonstração do Valor Adicionado foi regulamentada pelo Conselho Federal de Contabilidade por meio do NBC TG 09, para orientação e elaboração da divulgação da DVA, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu o pronunciamento técnico CPC 09 de 2008, que esclareceu que o modelo utilizado para empresas prestadoras de serviços comerciais e industriais é o mesmo que está descrito no CPC 09, como modelo I empresas em geral.

### 2.4.1 Formação Da Riqueza

Com base em Dallacourt (2011) a riqueza gerada pela empresa, conhecida como valor adicionado, é calculada pela diferença do valor de sua produção e o dos bens e serviços produzidos por terceiros utilizados no processo de produção.

Conforme o CPC 09 (2008), a DVA, em sua primeira parte, deve retratar de modo detalhado, a riqueza gerada pela entidade. Os principais componentes estão apresentados na tabela 1 nos itens Receitas, Insumos adquiridos de terceiros, valor adicionado recebido em transferência.

Tabela 1 - Formação da riqueza do DVA

Receitas	
Receita de venda de mercadorias, produtos e serviços	Incluem os valores dos tributos incidentes sobre essas receitas (por exemplo, ICMS, IPI, PIS e COFINS), ou seja, corresponde ao ingresso bruto ou faturamento bruto, mesmo quando na demonstração do resultado tais tributos estejam fora do cômputo dessas receitas.
Outras receitas	Representam os valores que sejam oriundos de baixas por alienação de ativos não-circulantes, tais como resultados na venda de imobilizado, de investimentos, e outras transações incluídas na demonstração do resultado do exercício que não transferência à entidade de riqueza criada por outras entidades.
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	Reflete as perdas que são esperadas. Para fazer a provisão, é necessário considerar todos os fatores de risco conhecidos, a fim de poder estimar com critérios todas as perdas que ocorrerão com o setor de contas a receber.
Insumos Adquiridos de Terceiros	
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	Inclui os valores das matérias-primas adquiridas junto a terceiros e contidas no custo do produto vendido, das mercadorias e dos serviços vendidos adquiridos de terceiros.
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	Inclui valores relativos às despesas originadas da utilização desses bens, utilidades e serviços adquiridos junto a terceiros. Nos valores dos custos dos produtos e mercadorias vendidos, materiais, serviços, energia etc. consumidos, devem ser considerados os tributos incluídos no momento das compras.





Perda e recuperação de valores ativos	Inclui valores relativos a ajustes por avaliação a valor de mercado de estoques, imobilizados, investimentos, etc. Também devem ser incluídos os valores reconhecidos no resultado do período, tanto na constituição quanto na reversão de provisão para perdas por desvalorização de ativos.
Depreciação, amortização e exaustão	Representam os valores reconhecidos no período e normalmente utilizados para conciliação entre o fluxo de caixa das atividades operacionais e o resultado líquido do exercício. No DVA inclui a despesa ou o custo contabilizado no período.
Resultado de equivalência patrimonial	Inclui os valores recebidos como dividendos relativos a investimentos avaliados ao custo. O resultado pode representar receita ou despesa; se despesa, deve ser considerado como redução ou valor negativo.
Receitas financeiras	Inclui todas as receitas financeiras, inclusive as variações cambiais ativas, independentemente de sua origem e outras receitas que engloba os dividendos relativos a investimentos, aluguéis, direitos de franquia, entre outros.
Outras receitas	Outras receitas – inclui os dividendos relativos a investimentos avaliados ao custo, aluguéis, direitos de franquia, etc.

Fonte: CPC 09 (2008)

## 2.4.2 Distribuição da Riqueza

A distribuição da riqueza ou distribuição do valor adicionado demonstra a contribuição da entidade para os vários segmentos da sociedade.

Em conformidade com o CPC 09 (2008) a segunda seção da DVA deve demonstrar como a riqueza da empresa foi distribuída através das contas pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. De acordo com a demonstração da tabela 2:

Tabela 2 - Distribuição da riqueza do DVA (Continua)

Distribuição da riqueza	
Pessoal	Remuneração direta – representada pelos valores relativos a salários, 13º salário, honorários da administração, férias, comissões, horas extras, participação de empregados nos resultados, etc. Benefícios – representados pelos valores relativos à assistência médica, alimentação, transporte, planos de aposentadoria etc. FGTS – representado pelos valores depositados em conta vinculada dos empregados.
Impostos, taxas e contribuições	Federais – IRPJ, CSSL, IPI, CIDE, PIS, COFINS. Inclui também a contribuição sindical patronal; Estaduais – ICMS e o IPVA; Municipais – inclui os tributos devidos aos municípios, inclusive aqueles que são repassados no todo ou em parte às Autarquias, ou quaisquer outras entidades, tais como o ISS e o IPTU.
Remuneração de capitais de terceiros	Juros – despesas financeiras, inclusive as variações cambiais passivas e inclui os valores que tenham sido capitalizados no período; Aluguéis – incluem os aluguéis pagos ou creditados a terceiros; Outras – transferência de riqueza a terceiros, mesmo que originadas em capital intelectual, tais como royalties, franquia, direitos autorais, entre outros.
Remuneração de capitais próprios	Juros sobre os capitais próprios (JCP) e dividendos – valores pagos ou creditados aos sócios e acionistas distribuídos com base no resultado do próprio exercício, Lucros retidos e prejuízos do exercício – devem ser incluídos os valores relativos ao lucro do exercício destinados às reservas e os JCP quando tiverem esse tratamento; nos casos de prejuízo, esse valor deve ser incluído com sinal negativo.

Fonte: CPC 09, 2008

## 3 METODOLOGIA



O presente estudo visa verificar se as empresas listadas no BM&FBovespa do segmento Novo Mercado estão apresentando a DVA de acordo com a regulamentação determinada pelo CPC 09, visto que a utilização desse pronunciamento é solicitada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Para o estudo, foi utilizado o método qualitativo que, conforme Marconi & Lakatos (2010), descreve a complexidade do comportamento humano, analisa e interpreta aspectos de forma mais detalhadas sobre hábitos, atitudes, tendências de comportamentos.

A pesquisa foi descritiva, que de acordo com Gil (2010) tem por objetivo estudar as características de um grupo, sendo elaborada também com o objetivo de identificar possíveis relações entre variáveis. Dessa forma, este artigo tem a finalidade de descrever os aspectos da Demonstração do Valor Adicionado e verificar a qualidade das demonstrações publicadas por companhias nacionais do segmento Novo Mercado.

O desenvolvimento foi bibliográfico, que, segundo Gil (2010), é elaborado com base em materiais já publicados, normalmente material impresso, mas com os novos formatos de informação também abrange matérias disponibilizadas na internet, para o desenvolvimento deste estudo foram utilizados livros, sites e artigos científicos.

Para esta análise, a amostra foi constituída por demonstrações contábeis do período de 2016 de companhias do segmento Novo Mercado as quais foram obtidas através de pesquisa no site do BM&FBovespa.

Foi aplicada no estudo uma análise qualitativa dos elementos que compõem a DVA, utilizando como padrão para comparação o Modelo I, sugerido para as empresas em geral, indicado no CPC 09. Desta forma foram excluídas da amostra as empresas do setor financeiro e de seguros, pois possuem um modelo diferente para a publicação de suas demonstrações, ficando a amostra composta por 116 companhias.

## 4 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

A coleta de dados foi realizada através do site BM&FBovespa, foram selecionadas empresas do segmento Novo Mercado, pois, conforme a companhia possuem um padrão de governança diferenciado, tendo o modelo de transparência e governança exigido pelos investidores, adotando voluntariamente, práticas de governança corporativa adicionais às que são exigidas pela legislação brasileira.

Para atingir os objetivos deste estudo, foi realizada uma análise qualitativa dos dados, utilizando como padrão comparativo o Modelo I sugerido para as empresas em geral, previsto no CPC 09.

Por fim, procurou-se analisar a estrutura da DVA, verificando a conformidade das informações divulgadas nas demonstrações publicadas com os critérios estabelecidos pelo CPC 09 e identificar diferenças, possíveis divergências de classificação ou falta de clareza nas informações apresentados nas DVAs.

### 4.1 ASPECTOS GERAIS





Para efetuar este estudo, as DVAs pesquisadas foram separadas em oito grupos de amostras, formados com base na classificação setorial de cada companhia que compõem o segmento.

Através da análise das demonstrações publicadas, constatou-se que todas as companhias do segmento Novo Mercado divulgaram suas demonstrações individuais correspondentes ao período de 2016.

A tabela 3 evidencia como as empresas da amostra, agrupadas pelo seu setor de atuação, fizeram a distribuição do valor adicionado aos agentes econômicos que colaboraram para sua criação:

Tabela 3 - Distribuição do valor adicionado por setor (R\$/mil)

Distribuição do Valor Adicionado	Tec. Informação	Petr. Gás e Biocom.	Utilidade Pública	Mat. Básicos
Pessoal	R\$ 786.104,00	R\$ 91.714,00	R\$ 3.420.154,00	R\$ 1.807.967,00
Impostos, Taxas e Contribuições	R\$ 401.690,00	-R\$ 384.989,00	R\$ 4.119.137,00	R\$ 2.070.862,00
Remuneração de Capitais de Terceiros	R\$ 415.467,00	R\$ 3.136.461,00	R\$ 2.066.553,00	R\$ 6.266.939,00
Remuneração de Capitais Próprios	R\$ 1.093.641,00	R\$ 1.493.613,00	R\$ 6.570.462,00	R\$ 1.908.216,00
Outros	R\$ -	-R\$ 76.057,00	R\$ 604.714,00	R\$ -
<b>Valor Adicionado Total a Distribuir</b>	<b>R\$ 2.696.902,00</b>	<b>R\$ 4.260.742,00</b>	<b>R\$ 16.781.020,00</b>	<b>R\$ 12.053.984,00</b>
Quantidade de empresa analisadas	6	7	10	7
<b>Valor Adicionado Médio</b>	<b>R\$ 449.483,67</b>	<b>R\$ 608.677,43</b>	<b>R\$ 1.678.102,00</b>	<b>R\$ 1.721.997,71</b>

Distribuição do Valor Adicionado	Cons. não Cíclico	Bens Industriais	Cons. Cíclico	Saúde
Pessoal	R\$ 11.294.764,00	R\$ 5.666.568,00	R\$ 6.180.909,00	R\$ 2.197.078,00
Impostos, Taxas e Contribuições	R\$ 7.512.633,00	R\$ 1.998.592,00	R\$ 5.561.509,00	R\$ 2.592.571,00
Remuneração de Capitais de Terceiros	R\$ 27.306.854,00	R\$ 4.421.000,00	R\$ 7.839.471,00	R\$ 1.404.477,00
Remuneração de Capitais Próprios	R\$ 2.182.595,00	R\$ 907.752,00	-R\$ 1.801.385,00	R\$ 726.242,00
Outros	R\$ 323.138,00	R\$ 10.195,00	-R\$ 351.719,00	R\$ 9.289,00
<b>Valor Adicionado Total a Distribuir</b>	<b>R\$ 48.619.984,00</b>	<b>R\$ 13.004.107,00</b>	<b>R\$ 17.428.785,00</b>	<b>R\$ 6.929.657,00</b>
Quantidade de empresa analisadas	14	21	42	9
<b>Valor Adicionado Médio</b>	<b>R\$ 3.472.856,00</b>	<b>R\$ 619.243,19</b>	<b>R\$ 414.971,07</b>	<b>R\$ 769.961,89</b>

Fonte: O autor (2017)

Diante das informações contidas na tabela 3, é possível verificar que o segmento Novo Mercado, excluindo as empresas do setor financeiro e seguradoras, gerou um valor adicionado de R\$



121.775.181.000,00, visto que foram analisadas 116 empresas, resultando em uma média de valor adicionado de R\$ 1.049.786.043,10 por empresa.

O gráfico demonstra a forma como a riqueza obtida pelas companhias do segmento Novo Mercado foi distribuída:

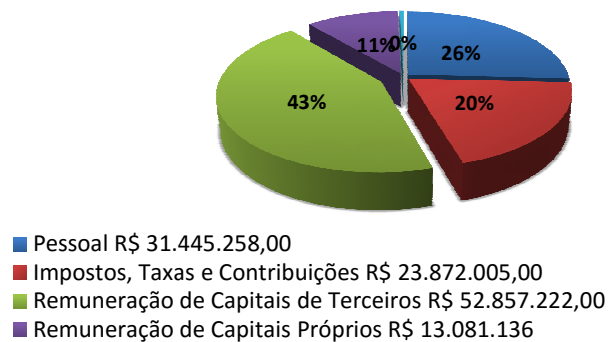


Figura 2 - Distribuição do Valor Adicionado (R\$/mil)  
Fonte: O autor (2017)

Em uma breve análise, verifica-se que a remuneração de capitais de terceiros, foi a parcela que obteve maior valor adicionado, atingindo o índice de 43%, praticamente metade do valor agregado se destinou a esse item, sugerindo que as empresas da amostra tiveram um custo elevado com juros e variações cambiais de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras e aluguéis pagos a terceiros.

Observa-se, também, que houve uma distribuição similar de valor adicionado para a remuneração de pessoal 26%, e impostos, taxas e contribuições 20%, indicando que a amostra não teve uma carga tributária muito elevada em 2016, e que o menor índice distribuído foi para a remuneração de capitais próprios, sugerindo que não houve um lucro elevado.

#### 4.2 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Após a deliberação nº 557 (2008), a CVM, exige que as companhias abertas observem ao disposto no CPC 09 para a elaboração de suas demonstrações, porém, a tabela 4 evidencia que nem todas as empresas pesquisadas citaram o CPC 09 em suas notas explicativas:

Tabela 4 - Empresas que citaram o CPC 09 em Notas Explicativas

Citou o CPC 09 em Notas Explicativas?					
Classificação Setorial	Sim		Não		Total
Tecnologia da Informação	4	67%	2	33%	6



### Contabilidade e Perspectivas Futuras

Petróleo, Gás e Biocombustíveis	6	86%	1	14%	7
Utilidade Pública	7	70%	3	30%	10
Materiais Básicos	3	43%	4	57%	7
Consumo não Cíclico	11	79%	3	21%	14
Bens industriais	13	62%	8	38%	21
Consumo Cíclico	27	64%	15	36%	42
Saúde	4	44%	5	56%	9
<b>Total</b>	<b>75</b>	<b>65%</b>	<b>41</b>	<b>35%</b>	<b>116</b>

Fonte: O autor (2017)

Conforme exposto na tabela 4, das 116 empresas analisadas 75 (65%) mencionaram a elaboração de suas DVAs de acordo com o pronunciamento técnico CPC 09, enquanto as outras 41 (35%) não citaram o CPC 09 em suas notas explicativas. Dessas 41 empresas, 28 não especificaram o método utilizado para a elaboração da demonstração e as outras 13 não mencionaram a DVA em suas notas explicativas.

Ao longo da análise das DVAs, buscou-se procurar pontos de divergências nas demonstrações apresentadas, identificando itens que não fazem parte da estrutura proposta pelo CPC 09 para empresas em geral, expondo os resultados na tabela 5:

Tabela 5 - Itens não previstos no CPC 09

Há itens divulgados nas DVAs que não estejam previstos no CPC 09?					
Classificação Setorial	Sim		Não		Total
Tecnologia da Informação	0	0%	6	100%	6
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	0	0%	7	100%	7
Utilidade Pública	0	0%	10	100%	10
Materiais Básicos	0	0%	7	100%	7
Consumo não Cíclico	0	0%	14	100%	14
Bens industriais	0	0%	21	100%	21
Consumo Cíclico	0	0%	42	100%	42
Saúde	0	0%	9	100%	9
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>	<b>116</b>	<b>100%</b>	<b>116</b>

Fonte: O autor (2017)

Como se pode verificar na tabela 5, não houve itens em desacordo com o CPC 09, todas as empresas analisadas respeitaram sua estrutura, abrindo novas contas apenas para especificar os itens que compunham o subgrupo outros.





Apesar da estrutura da DVA estar em conformidade com o CPC 09, foram identificados itens com a classificação incorreta em todos os setores que compõem o segmento Novo Mercado, como se pode ver na tabela 6:

Tabela 6 - Classificação de acordo com o CPC 09

As classificações das contas estão de acordo com o CPC 09?					
Classificação Setorial	Sim		Não		Total
Tecnologia da Informação	5	83%	1	17%	6
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	4	57%	3	43%	7
Utilidade Pública	6	60%	4	40%	10
Materiais Básicos	5	71%	2	29%	7
Consumo não Cíclico	8	57%	6	43%	14
Bens industriais	18	86%	3	14%	21
Consumo Cíclico	28	67%	14	33%	42
Saúde	5	56%	4	44%	9
<b>Total</b>	<b>79</b>	<b>68%</b>	<b>37</b>	<b>32%</b>	<b>116</b>

Fonte: O autor (2017)

Com base na tabela 6, das empresas pesquisadas, 37 (32%) delas apresentaram ao menos uma conta em desacordo com a classificação estabelecida pelo CPC 09. O equívoco mais comum apresentado foi no grupo pessoal, onde 12 das 37 empresas analisadas classificaram honorários administrativos e diretoria, pagamento por ações e participação nos lucros no subgrupo outros, quando o CPC 09 (2008) informa que valores relativos a salários, honorários da administração, inclusive pagamentos baseados em ações e participação de empregados nos resultados são inclusos no subgrupo remuneração direta.

Também foi verificado que 10 empresas incluíram no subgrupo outros, despesas financeiras e variações cambiais, que em conformidade com o CPC 09 (2008), despesas financeiras, inclusive as variações cambiais passivas relativas a qualquer empréstimo e financiamento enquadram-se no subgrupo juros.

Outra questão observada foi que 12 empresas colocaram o total do valor adicionado distribuído apenas nos grupos compostos por pessoal, taxas, impostos e contribuição, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios, não especificando a origem desse valor em seus subgrupos. Dessa forma, não há como os usuários que utilizam essa demonstração identificar de que maneira está ocorrendo o retorno do valor adicionado para cada agente econômico.

Houve também equívocos menos comuns, como na classificação de matérias primas consumidas, em que 3 empresas classificaram na conta outros, sendo o correto custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos. Também houve 4 empresas que classificaram contas de materiais, energia, serviços de terceiros, no subgrupo outros, e 2 empresas que identificaram os dividendos na contra outros, sendo que estrutura do CPC 09 traz uma conta específica para esse item, entre outras classificações em desacordo com número menor de empresas praticando.



Mais um quesito analisado foi se as empresas que apresentavam valores no subgrupo outros especificaram sua composição, conforme se pode observar na tabela 7:

Tabela 7 - Composição do subgrupo Outros

Especificou a composição do subgrupo Outros?					
Classificação Setorial	Sim		Não		Total
Tecnologia da Informação	4	67%	2	33%	6
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	5	71%	2	29%	7
Utilidade Pública	3	30%	7	70%	10
Materiais Básicos	4	57%	3	43%	7
Consumo não Cíclico	11	79%	3	21%	14
Bens industriais	13	62%	8	38%	21
Consumo Cíclico	29	69%	13	31%	42
Saúde	6	67%	3	33%	9
<b>Total</b>	<b>75</b>	<b>65%</b>	<b>41</b>	<b>35%</b>	<b>116</b>

Fonte: O autor (2017)

Em conformidade com a tabela 7, verifica-se que, das 116 empresas analisadas, 41 (35%) não especificaram a composição do subgrupo outros em sua demonstração e nem em notas explicativas, isso prejudica a utilização da demonstração como uma fonte de informação confiável aos usuários e investidores. Inclusive observando a tabela 4, consegue perceber que dois setores possuem o maior número de empresas que não citaram o CPC 09 em suas notas explicativas também tiveram o maior índice de empresas que não especificaram o subgrupo outros.

## 5 CONCLUSÃO

Percebe-se, com este artigo, a importância da DVA como instrumento informativo da riqueza gerada e distribuída pelas empresas, assim prestando contas dos seus atos para a sociedade, representando um excelente instrumento de análise para os empresários no momento da tomada de decisões.

O objetivo do presente estudo foi analisar a qualidade das Demonstrações do Valor Adicionado através da comparabilidade de informações, mediante a publicação das demonstrações de empresas de capital aberto do segmento Novo Mercado, listadas no BM&FBovespa. Consequentemente, foram avaliadas as semelhanças, diferenças e possíveis



divergências de classificação nessas demonstrações em relação ao modelo I, empresas em geral, previsto no CPC 09.

No decorrer da análise, foram verificadas algumas inconsistências na elaboração da DVA e divulgação de itens em desacordo com o CPC 09 como contas classificadas de forma incorreta e valor sem especificação de sua composição e origem. No entanto, considerando que desde 2008 a elaboração e divulgação do DVA é obrigatória para as companhias de capital aberto, esperava-se que nenhuma inconsistência fosse identificada.

Outro problema encontrado se refere às demonstrações não estarem evidenciadas de forma clara, a falta de Notas Explicativas referentes a itens das DVAs reduziu a sua compreensibilidade, impedindo a identificação de itens de natureza semelhante para que pudessem ser comparados de forma adequada.

A falta de informações precisas e detalhadas compromete a qualidade das demonstrações, já que a informação contábil deixa de ser útil a seus usuários quando contém erros em sua elaboração, pois dessa forma não reflete adequadamente o fenômeno que propõe representar. Para que seja alcançado o objetivo de contribuir na tomada de decisão, é imprescindível que as demonstrações contábeis sejam mais detalhadas.

Como proposta para futuras pesquisas sugere-se aumentar o número de empresas analisadas além de verificar a estrutura do DVA observar também se as companhias possuem alguma conta que compõe o DVA que não está sendo divulgada.

## REFERÊNCIAS

Azevedo, O. R. (2009). *Demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado: Método Direto e Indireto passo a passo* (2a ed.). São Paulo: Iob.

Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA). *Ações*. Disponível em:  
<[http://www.bmfbovespa.com.br/pt\\_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/empresas-listadas.htm](http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/empresas-listadas.htm)> Acesso em: 08 de jul. 2017

\_\_\_\_\_. *Segmentos de listagem*. Disponível em:  
<[http://www.bmfbovespa.com.br/pt\\_br/listagem/acoes/segmentos-de-listagem/novo-mercado/](http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/listagem/acoes/segmentos-de-listagem/novo-mercado/)> Acesso em: 02 set. 2017.

Braga, H. R. (2012). *Demonstrações contábeis: estrutura, análise e interpretação*. Atlas.





- Comissão de Valores Mobiliários – CVM. *Deliberação nº 557, de 12 de novembro de 2008*. Aprova o Pronunciamento Técnico CPC 09 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata da Demonstração do Valor Adicionado. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/deliberacoes/anexos/0500/deli557.pdf>> Acesso em 10 set. 2017.
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Pronunciamento Técnico CPC 09: *Demonstração do Valor Adicionado*. Brasília, DF, 30 out 2008. Disponível em: <[http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/175\\_CPC\\_09.pdf](http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/175_CPC_09.pdf)> Acesso em 08 jul. 2017.
- Conselho Federal de Contabilidade. *Resolução nº. 1138 DE 21 de novembro de 2008*. Disponível em: <<http://sijut.fazenda.gov.br/netacgi/nph-brs?s1=@DOCN=%22000319106%22&l=20&p=1&u=/netahtml/sijut/Pesquisa.htm&r=1&f=S&d=SIAT&SECT1=SIATW4>>. Acesso em: 09 de set. 2017.
- Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina - CRCSC. *Novo enfoque da contabilidade aplicada ao setor público*. Elaborado por Michele Patricia Roncalio. 2010. Disponível em: <[http://www.crcsc.org.br/arquivosSGC/PALESTRA\\_20100803134503Apostila20Novo20Enfoque.pdf](http://www.crcsc.org.br/arquivosSGC/PALESTRA_20100803134503Apostila20Novo20Enfoque.pdf)> Acesso em 10 set. 2017.
- Dallacourt, S. *Demonstração Do Valor Adicionado - DVA*. 2011. Disponível em: <[https://www.econeteditora.com.br/boletim\\_imposto\\_renda/ir-11/boletim-14/cont\\_demonstracao\\_valor\\_adicionado\\_dva](https://www.econeteditora.com.br/boletim_imposto_renda/ir-11/boletim-14/cont_demonstracao_valor_adicionado_dva)>. Acesso em: 02 set. 2017.
- De Luca, M. M. M. (1998). *Demonstração do valor adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB*. Atlas.
- Gil, A. C. (2010). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo, 5.
- Marconi, M. D. A., & Lakatos, E. M. (2010). *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed.- São Paulo: Atlas.
- Marion, J. C. (2012). *Análise das Demonstrações Contábeis: contabilidade empresarial*. 7a Edição—Editora Átlas. São Paulo.
- Ribeiro, O. M. (2014). *Contabilidade Avançada*. Editora Saraiva.
- Santos, A. D. (2003). *Demonstração do valor adicionado*. São Paulo: Atlas.
- Silva, A. H. C., & de Almeida, R. L. (2014). Demonstração do Valor Adicionado (DVA): Uma análise de sua comparabilidade após tornar-se obrigatória no Brasil. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 19(1), 95-110.



Silva, A. P. F. D., Souza, É. X. D., Miranda, L. C., Lagioia, U. C. T., & Ramos, W. D. J. O. (2001). A Demonstração de Valor Adicionado como alternativa de medição do desempenho gerencial: Um estudo comparativo entre demonstrações nacionais e internacionais. *SEMINÁRIO USP DE CONTABILIDADE*, 1.

Versolato Júnior, T. *Qualidade Das Informações Contábeis: Elaboração e Análise*. 2012. Disponível em:  
 <[http://www.essenciasobreaforma.com.br/colunistas\\_base.php?id=4](http://www.essenciasobreaforma.com.br/colunistas_base.php?id=4)> Acesso em: 06 maio 2017.